

RELATÓRIO TRIMESTRAL

Acompanhamento do Processo de Acessão do Brasil à OCDE

REFERÊNCIA
MAR-ABR-MAI
2022

CONSELHO BRASIL – OCDE
Secretaria Executiva do Conselho Brasil - OCDE

CONTEXTO

O Relatório sobre o acompanhamento do processo de acessão do Brasil à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem o objetivo de apresentar aos integrantes do Conselho Brasil-OCDE e demais atores interessados as ações desenvolvidas ao longo do trimestre compreendido entre março e maio de 2022. As ações compiladas nesse documento tratam dos seguintes pontos:

1. **Deliberações do Conselho e Comitê Gestor Brasil-OCDE;**
2. **Convergência do Brasil aos instrumentos da OCDE;**
3. **Participação do Brasil na OCDE; e**
4. **Informações gerais sobre ações de articulação realizadas em diversos níveis.**

1. DELIBERAÇÕES DO CONSELHO E COMITÊ GESTOR BRASIL-OCDE

Entre março e maio de 2022, foram realizadas duas reuniões do Comitê Gestor do Conselho Brasil-OCDE, cujas principais discussões e deliberações estão apresentadas na tabela abaixo:

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
18ª Reunião do Comitê Gestor 05/04/22 PROCESSO SEI 00020.000529/2022-17	<ul style="list-style-type: none">• Panorama atual: Foi conduzida breve contextualização do atual estágio do processo de acessão com ênfase nas mudanças decorrentes do recebimento da carta-convite da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em janeiro de 2022. Destacou-se que o Brasil deverá emitir manifestação sobre todos os instrumentos e que será avaliado pela convergência com as políticas e os valores da organização.• Briefing de autoridades: Apresentação de informações básicas sobre a OCDE, além de ideias-força para subsidiar publicações ou discursos de autoridades. O objetivo é padronizar a narrativa política e assegurar unicidade no discurso do governo.• Avaliações por Pares (Peer Reviews): Apresentação de informações acerca das avaliações por pares em andamento.• Papel dos pontos focais: Os pontos focais deverão identificar delegados para participarem das discussões dos Instrumentos, bem como indicar as políticas desenvolvidas no âmbito daquele ministério e eventuais desafios relacionados à adesão de instrumentos. Delegados participarão de oficinas e discussões para subsidiar a preparação do Memorando Inicial.• Oficinas de discussão e Memorando Inicial: Foram definidos 17 grupos temáticos para a organização das Oficinas de discussão. Os servidores da SEREX atuarão exclusivamente como facilitadores. O debate ficará a cargo de representantes dos membros do Comitê Gestor e de delegados setoriais. Serão elaboradas fichas-modelo para cada instrumento, contendo informações iniciais (quando disponíveis), as quais serão debatidas pelos delegados na busca de uma redação de consenso. Está em etapa de produção um módulo específico no Sistema Governança para inserção das fichas. A SEREX dará carga inicial no sistema com as informações disponíveis para posterior validação.• Cronograma e encaminhamentos finais.

REUNIÃO	PRINCIPAIS DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES*
<p>19ª Reunião do Comitê Gestor 13/05/22</p> <p>PROCESSO SEI 00020.000689/2022-58</p>	<p>Informes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relato sobre as 3 primeiras rodadas de oficinas para a preparação do Memorando Inicial Casa Civil: As oficinas transcorreram de forma produtiva, seguindo o planejamento previsto. A Casa Civil informou que a metodologia das oficinas é alinhada semanalmente entre os delegados e solicitou empenho dos demais membros do Comitê Gestor para reforçar a necessidade de envio das contribuições setoriais com pelo menos um dia de antecedência de cada oficina. A Casa Civil também destacou a peculiaridade do processo de discussões para a elaboração do Memorando Inicial, no tocante à legitimidade do processo e às consultas envolvidas, com ampla participação setorial. • Curso EAD – “O Brasil e a OCDE: Noções básicas” Casa Civil: Restando apenas os vídeos com a participação dos membros do Comitê Gestor e de representante de DELBRASPAR, a Casa Civil informou que os membros titulares serão contatados por equipe da Escola Nacional de Administração Pública (Enap) com o propósito de agendar as respectivas gravações. • Semana Brasil-OCDE MRE: Em informe realizado pelo Ministério das Relações Exteriores, foram divulgadas informações detalhadas sobre o evento que incluirá: o Fórum Brasil-OCDE, a Reunião Regional da América Latina e Caribe de Ministros da Educação, e a IV Cúpula Ministerial sobre Produtividade do Programa da América Latina e Caribe. É esperada a participação dos ministros do Conselho Brasil-OCDE no Fórum Brasil-OCDE. • Reunião Ministerial OCDE MRE: Foram divulgadas informações prévias acerca da programação tentativa para a reunião e a expectativa em relação à participação brasileira. • Reunião do Conselho Brasil-OCDE Casa Civil: A próxima reunião (data a ser definida) terá como pauta a participação brasileira no evento ministerial da OCDE em Paris (9 e 10 de junho de 2022) e um relato sobre o processo da acessão brasileira. <p>Deliberações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relatório Trimestral (DEZ-JAN-FEV) - aprovado • Avaliações por Pares – recomendações transversais – proposta aprovada <p>Novos instrumentos da OCDE - Ao indicar que a consulta sobre os novos instrumentos está sendo feita junto aos setoriais pertinentes, deliberou-se que o Ministério das Relações Exteriores trará os resultados ao Comitê Gestor para posterior manifestação do Brasil à OCDE.</p>

*As principais discussões e deliberações aqui apresentadas não substituem o inteiro teor das decisões conforme constam nas respectivas atas de reunião.

2. CONVERGÊNCIA DO BRASIL AOS INSTRUMENTOS DA OCDE

Em janeiro de 2022, o Brasil recebeu a carta-convite para dar início ao processo de acessão à OCDE. Esse processo vai identificar em que medida as políticas públicas e as leis brasileiras estão em sintonia com os marcos legais da OCDE. Desde então, no âmbito das discussões acerca do processo de acessão, a OCDE realizou (em 16/03/22) reunião com autoridades dos países candidatos para informar sobre as próximas etapas do processo. O Secretário-Geral Mathias Cormann relatou o status sobre o processo de preparação dos roteiros de acessão (*Roadmaps*) - documentos que devem orientar as revisões técnicas a serem realizadas pelos diferentes Comitês da OCDE com cada um dos países candidatos.

Os roteiros de acessão possuem duas partes: (1) uma parte geral, com a lista dos compromissos e princípios considerados prioritários para a OCDE; e (2) uma listagem dos critérios essenciais para orientar os exames a serem aplicados por cada comitê (os chamados “*core principles*”), os quais já começaram a ser discutidos nos diferentes Comitês. Anualmente, o Conselho Ministerial da OCDE discute o conteúdo do *Roadmap* à luz dos valores comuns da Organização dispostos nas declarações adotadas em sua reunião ministerial mais recente. Portanto, os países candidatos devem receber uma versão atualizada.

Em seguida, o Conselho e os Comitês da OCDE propuseram uma reunião de orientação – realizada em 29 de abril – que reuniu o Secretariado da OCDE e equipes técnicas dos países candidatos à acessão. A reunião teve o objetivo de apresentar e esclarecer os passos seguintes ao recebimento dos roteiros de acessão. Nesse contexto, ficou claro que o Brasil, assim como os demais países candidatos, deverá elaborar um “Memorando Inicial” no qual cada país irá relatar o seu grau de convergência com cada instrumento legal da OCDE, prestando informações sobre a legislação, ações e políticas relacionadas aos dispositivos legais. Ainda, os países candidatos devem discorrer sobre como pretendem atuar para alcançar a convergência com as políticas adotadas pelos membros até o final do processo de acessão.

Para o levantamento das informações técnicas que irão subsidiar a elaboração do Memorando Inicial foram organizadas Oficinas de discussão – sob coordenação da Casa Civil – com o objetivo de examinar o grau de convergência das políticas públicas brasileiras com os referenciais legais da OCDE.



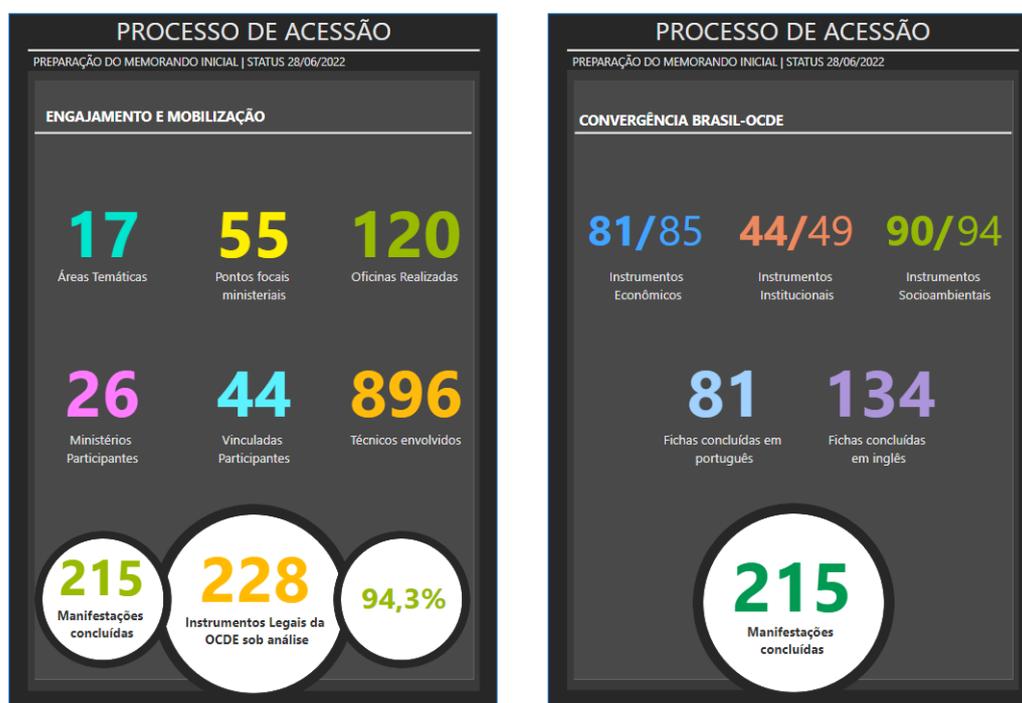
Mais de 350 representantes de diversos órgãos participaram das oficinas que aconteceram na Escola Nacional de Administração Pública - ENAP, em Brasília - Foto: Ascom CC.

Assim, entre os dias 26 e 28 de abril, a Casa Civil realizou a 1ª rodada de discussões relativas à acessão do Brasil à membro da OCDE. O encontro foi coordenado pela Secretaria Especial de Relacionamento Externo da Casa Civil (Serex/CC) e reuniu mais de 350 representantes de mais de 50 órgãos da administração pública federal. Com base nesse exercício, o governo brasileiro terá subsídios para elaborar um relatório de avaliação inaugural (Memorando Inicial), documento que, uma vez encaminhado à OCDE, norteará as discussões entre o governo brasileiro e a Organização ao longo do processo de acessão.

Ao longo das Oficinas, os participantes discutiram o arcabouço legal brasileiro referente a 17 temas, organizados em Grupos Temáticos: Agricultura; Comércio; Economia Digital; Estatística; Energia Nuclear; Finanças e Investimentos; Indústria e Serviços; Regulação e Concorrência;

Tributação; Anticorrupção e Integridade; Governança; Educação, Emprego e Saúde; Ciência e Tecnologia; Assistência ao Desenvolvimento; Desenvolvimento Regional e Turismo; Políticas Ambientais e Químicos.

As Oficinas de discussão demandaram intenso comprometimento de servidores federais de diversos órgãos. Os números e resultados alcançados são expressivos e mostram o empenho e engajamento do governo brasileiro – seus respectivos ministérios setoriais, vinculadas e servidores – com o processo de acesso do Brasil à OCDE:



Status do processo de preparação do Memorando Inicial em 30/06/2022 - Fonte: SEREX - CC.

A Casa Civil atua em parceria com o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Economia, a Secretaria de Governo e a Secretaria Geral da Presidência da República - que compõem o Conselho Brasil-OCDE que coordena o processo de acesso do Brasil à OCDE. A Secretaria Especial de Relacionamento Externo (SEREX) exerce a função de Secretaria-Executiva do Conselho.

3. PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA OCDE

O trimestre de março, abril e maio compreendeu intenso engajamento do Brasil na OCDE. No dia 10 de março, o País participou da reunião do Grupo de Trabalho Conjunto sobre Agricultura e Meio Ambiente da OCDE. A delegação brasileira apoiou a desclassificação do relatório que analisou os efeitos globais dos cenários de reforma agrícola que removem as políticas de subsídios distorcivos na adaptação às mudanças climáticas e no desempenho ambiental da agricultura. Os resultados dos cenários estudados sugerem que a remoção de algumas formas de apoio pode criar benefícios para os consumidores de alimentos em todo o mundo, além de facilitar a adaptação da agricultura às mudanças do clima.

Na semana de 14 a 18 de março, foi realizada missão virtual da OCDE ao Brasil, a fim de conduzir entrevistas, debates e eventos relacionados ao processo de “peer review” sobre o

Ponto de Contato Nacional do Brasil (PCN Brasil) para as diretrizes para as Empresas Multinacionais. Como se recorda, o PCN Brasil é coordenado pela Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que solicitou o "peer review" ao Grupo de Trabalho sobre Condução Empresarial Responsável da OCDE com o objetivo de aperfeiçoar sua atuação. Em relação às discussões sobre ampliação da Organização, o secretariado realizou, no dia 16 de março, uma primeira reunião de informação com os países candidatos sobre as próximas etapas do processo. Acompanhado dos Diretores dos Departamentos Jurídico e de Relações Globais, que coordenarão o processo pelo lado da OCDE, o Secretário-Geral Mathias Cormann comentou as próximas etapas do processo, como os exames técnicos dos candidatos nos diferentes Comitês.

Nos dias 23 e 24 de março, o Ministro Bento Albuquerque participou da reunião ministerial da Agência Internacional de Energia. Os membros da Agência reiteraram o apoio às iniciativas adotadas pela AIE desde o início da crise em especial os "Planos de 10 pontos" com sugestões concretas para ajudar os países, em particular da Europa, a reduzir a dependência de suprimentos russos. Em sua intervenção, o Ministro de Minas e Energia reiterou o apoio do Brasil às medidas adotadas pela Agência e o compromisso do Brasil em contribuir para os esforços de estabilização do mercado.

No dia 28 de março, o ministro da Economia, Paulo Guedes, reuniu-se com o Secretário Geral da OCDE, Mathias Cormann, para tratar das perspectivas para o processo de acesso do Brasil à OCDE e reafirmar o pleno compromisso do Brasil com os valores, princípios e padrões da organização. Por ocasião de sua visita a Paris, o Ministro reuniu-se com representantes permanentes de diversos membros em jantar de trabalho oferecido pelo SG e manteve encontros com representantes das áreas de Tributação, de Relações Globais e Assuntos Legais da Organização para discussão de aspectos operacionais da preparação do processo de acesso.

Nos dias 28 e 29 de março, o Secretário-Geral do Fórum Internacional de Transportes (ITF), Young Tae Kim, realizou visita ao Brasil. Manteve encontros com representantes dos ministérios da Infraestrutura, Relações Exteriores e agências reguladoras da área de transportes. Reuniu-se ainda com representantes da Confederação Nacional dos Transportes (CNT). Em seus encontros, o SG-ITF pôde conhecer as políticas e iniciativas do Brasil na área de transportes, em vertentes como a de descarbonização e de atração de investimentos privados. Convidou o Brasil a participar da Cúpula do ITF, que ocorre em Leipzig, Alemanha, de 18 a 20 e maio, e tem como tema "Transporte para Sociedades Inclusivas".

Nos dias 30 e 31 de março, foi realizada a reunião de Ministros de Meio Ambiente na OCDE, em que foram abordados dois temas principais: mudança do clima e gestão de plásticos. O Ministro Joaquim Leite apresentou as principais políticas brasileiras para a promoção da sustentabilidade com impacto nestes temas. Ao fim da reunião, foi adotada a "Declaration on a Resilient and Healthy Environment for All", que ressalta a necessidade de maior coordenação de esforços nos principais temas ambientais, e encoraja a contribuição da OCDE para o desenvolvimento de estudos e diretrizes que contribuam para a transformação dos compromissos políticos dos países em avanços concretos. A Declaração foi adotada por unanimidade pelos membros e contou com o apoio dos países candidatos, incluindo o Brasil.

Em reunião dos dias 11 e 12 de abril, com a participação do Secretário de Acompanhamento Econômico, Advocacia da Concorrência e Competitividade, Geanluca Lorenzon, o Comitê de Políticas Regulatórias da OCDE (RPC) incluiu sessão dedicada ao “peer review” sobre política regulatória no Brasil, conduzida por Austrália e Canadá. O Brasil manifestou sua satisfação com a qualidade do estudo, segundo o qual o ambiente regulatório brasileiro se beneficiaria de coordenação mais centralizada e da expansão das iniciativas de digitalização a todas as etapas do processo regulatório.

No dia 12 de abril, por ocasião da visita do diretor do Centro de Política e Administração Tributária (CTP) da OCDE, Pascal Saint-Amans, ao Brasil, foi realizado evento sobre o projeto de cooperação, iniciado em 2018, entre o Brasil e a Organização, com vistas à convergência das normas brasileiras sobre preços de transferência para o modelo OCDE. O principal objetivo do projeto é evitar a dupla tributação, e a dupla “não-tributação”, ao caminhar para a metodologia da OCDE, mais próxima da realidade econômica das operações comerciais conduzidas pelas empresas tributadas. O evento contou com a presença do ministro da Economia, Paulo Guedes, e tratou das principais características do novo modelo. A próxima fase do projeto é a de implementação e operacionalização do novo sistema, que exigirá consultas internas no ministério da Economia, e envio de projetos de alteração da legislação brasileira na matéria para o Congresso Nacional. O tema é de enorme relevância no contexto do processo de adesão do Brasil à OCDE.

Entre 19 e 22 de abril, ocorreu reunião do Comitê sobre Políticas do Consumidor da OCDE, bem como do Grupo de Trabalho sobre Segurança de Produtos de Consumo. Os países participantes puderam compartilhar experiências e políticas sobre o combate a práticas de manipulação do consumidor online, assim como o uso de inteligência artificial por agências de proteção do consumidor para detecção de infrações, como a venda de produtos irregulares. Na ocasião, o Brasil relatou sua experiência em exercício conjunto de varredura de produtos ilegais à venda em lojas online, realizado em 2021.

Em 27 de abril, ocorreu a sessão especial do Conselho da OCDE sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, que tem sido realizada anualmente. Entre os temas discutidos, destacam-se: (i) como a pandemia de COVID-19 afetou os esforços em prol do atingimento dos ODS e (ii) cadeias globais de produção alimentar e sua correlação com os objetivos de segurança alimentar e manutenção de empregos. A delegação brasileira defendeu a importância do comércio de bens agrícolas como peça fundamental para garantir alimentos a preços acessíveis para todas as populações, contribuindo para o objetivo de segurança alimentar.

O Centro de Desenvolvimento da OCDE (DEV/OCDE) realizou, em 9 de maio, reunião do Grupo de Trabalho do Índice de Instituições Sociais e Gênero (SIGI, na sigla em inglês). O encontro serviu para compartilhar atualizações relativas aos trabalhos na área de gênero na OCDE, e, em especial, no SIGI. O SIGI é um índice que aborda vários componentes relacionados à discriminação contra as mulheres, a partir da coleta de dados sobre normas sociais e práticas políticas em mais de 180 países. O Brasil participa do índice fornecendo dados e informações, por meio do preenchimento de questionários. A coleta de informações para nova edição do SIGI deverá começar nos próximos meses, visando a publicação de sua 5ª edição em 2023.

Por fim, ressalta-se que o governo brasileiro organizou, em parceria com a OCDE, nos dias 25 abril e 13 de maio, dois webinários preparatórios para a IV Reunião Ministerial sobre Produtividade do Programa LAC. O primeiro encontro voltou-se para o debate do apoio governamental aos setores agrícola e industrial e seus impactos socioeconômicos e ambientais. O segundo webinário focou na reflexão sobre os avanços tecnológicos e o aumento da importância do setor de serviços para a produtividade nas áreas agrícola e industrial. Os eventos foram acompanhados por mais de 100 pessoas, entre representantes de governos, do setor privado e da academia e serviram para inspirar o tratamento desses temas durante a Reunião Ministerial de Produtividade do Programa da América Latina e do Caribe da OCDE, que acontecerá nos dias 23 e 24 de junho, em Brasília.

4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE ARTICULAÇÃO REALIZADAS EM DIVERSOS NÍVEIS

Dentre as principais ações de interlocução realizada no trimestre, listamos as de maior destaque:

- **BANCO MUNDIAL – Acesso à OCDE**
- **BID – Acesso à OCDE**
- **BUSBC (Brazil-U.S.Business Council) – Acesso à OCDE**
- **SANTANDER (Acesso à OCDE)**
- **AMCHAM (Acesso à OCDE)**
- **ENAP: Elaboração de curso Online “OCDE: Noções básicas”**
- **OCDE: Peer Review de Centro de Governo**
- **SETORIAIS: Processo de Acesso – Oficinas temáticas**

DESTAQUES DO TRIMESTRE

OCDE formaliza convite para início da adesão do Brasil à organização

Publicado em 25/01/2022 - 18:58 Por Pedro Rafael Vilela – Repórter da Agência Brasil – Brasília



O governo brasileiro recebeu nesta terça-feira (25) a carta-convite do conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que formaliza o início do processo de adesão do país ao grupo.

O anúncio foi feito durante declaração à imprensa, no Palácio do Planalto, que contou com a presença do ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira; do ministro das Relações Exteriores, Carlos França; e do ministro da Economia, Paulo Guedes. O início do processo de adesão foi aprovado por unanimidade pelos embaixadores dos 37 países que compõem o grupo.

"O secretário-geral da OCDE, senhor Mathias Cormann, já enviou ao presidente da República a carta-convite que abre as portas, para o nosso país, do início das discussões orientadas à acessão do nosso país como membro pleno ao grupo das economias mais avançadas do mundo. A decisão reflete o compartilhamento, pelo nosso país, dos valores fundamentais da OCDE: a defesa da democracia, das liberdades, da economia de mercado, da proteção do meio ambiente, dos direitos humanos, sendo prioridade número um do nosso país e da organização", afirmou Ciro Nogueira.

Não há prazo definido para a conclusão do processo, mas ele deve demorar pelo menos mais uns três anos a partir de agora. Além do Brasil, a OCDE formalizou o mesmo convite a outros cinco países: Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia.

Criada em 1961, e com sede em Paris, a OCDE é uma organização internacional formada atualmente por 37 países, incluindo algumas das principais economias desenvolvidas do mundo, como Estados Unidos, Japão e países da União Europeia. É vista como um "clube dos ricos", mas também tem entre seus membros economias emergentes latino-americanas, como México, Chile e Colômbia.

O Brasil manifestou formalmente o interesse em tornar-se membro pleno da organização em 2017, durante o governo de Michel Temer. Desde então, tem buscado aderir mais rapidamente às normas da organização.

Até agora, ao longo de mais de três décadas, o Brasil aderiu a 103 dos 251 instrumentos normativos da OCDE, sendo 37 desses dispositivos formalizados ao longo dos últimos três anos, durante o atual governo.

"A ideia de que nós podemos participar desse fórum que trará, a nós aqui, aderência às melhores práticas de governança, de combate à corrupção, de melhoria de políticas públicas e trará muitos benefícios à economia", destacou o chanceler Carlos França.

Segundo ele, o Itamaraty vai criar uma unidade exclusivamente dedicada às relações com a OCDE, com a formação de novos quadros na área de diplomacia econômica, além da formação de uma comissão de negociadores para tratar do processo de adesão de agora em diante.

Próximos passos

A próxima etapa do processo, depois da carta-convite, é a preparação de roteiros individuais de avaliação de cada um dos países candidatos, que devem confirmar sua adesão aos valores, à visão e às prioridades da organização, com destaque para temas como a defesa a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos.

Para o ministro Paulo Guedes, a formalização do convite é um reconhecimento aos esforços do país no que ele chamou de modernização, como as reformas de liberalização econômica em discussão nos últimos anos.

"Essa trilha, esse processo de acesso à OCDE exige do Brasil justamente essa convergência na reforma tributária, na liberalização financeira, nos acordos internacionais de serviços. Tudo o que nós já estávamos fazendo. Então, é o reconhecimento, pela nossa agenda, e um reforço, um compromisso de seguirmos nessas reformas de modernização", disse.

Guedes vai a Paris e Madri para encontros com OCDE e investidores

O ministro da Economia, Paulo Guedes, viaja neste fim de semana para França e Espanha, informa o Diário Oficial da União (DOU) desta sexta-feira, confirmando apuração do Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, desta semana. Conforme a reportagem, Guedes vai aos dois países da Europa para "vender" o plano econômico do governo, defender ações de meio ambiente realizadas no País e buscar, assim, atrair mais capital estrangeiro. Na agenda, compromissos na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com investidores e empresários.

O período da viagem do ministro vai de 26 de março a 1º de abril. A primeira parada será em Paris, onde participa de reunião bilateral com o secretário-geral da OCDE, de encontros com diretores e representantes permanentes de Estados Membros da Organização, de evento organizado pela Embaixada do Brasil em Paris com empresários franceses e de entrevista coletiva de imprensa internacional.

Depois, Guedes segue para Madri, onde participa de entrevista no Seminário "Desafíos y Oportunidades en América Latina" na Universidad Internacional de La Rioja, de sessões de diálogo com autoridades governamentais no Fórum organizado pela Fundação Internacional para a Liberdade e de reuniões bilaterais com a imprensa e empresários espanhóis.

Guedes irá acompanhado do secretário executivo do Ministério, Marcelo Guarany. Nesse período, o secretário do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, assume a pasta como ministro substituto. (Istoé Dinheiro)

Governo altera estatuto de estatais para seguir regras da OCDE

Em mais uma ação para acelerar o acesso ao “clube dos ricos”, o governo publicou um decreto nesta semana (18-25 de abril) alterando alguns pontos do regulamento do Estatuto das Empresas Estatais para se alinhar às exigências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Especialistas ouvidos pelo GLOBO avaliam que as mudanças não se restringem apenas à nomenclatura de comitês, trazem algumas alterações relevantes e estão alinhadas ao relatório Peer Review da OCDE.

O Brasil foi convidado oficialmente em janeiro a iniciar o processo de formal de ingresso na organização. A OCDE deixou claro que será rigorosa na negociação em vários aspectos, incluindo temas ambientais. Para garantir o acesso, o Brasil precisa atender a uma série de requisitos. A expectativa é de que o processo de adesão seja concluído em um período de três a cinco anos.

O advogado Victor Hugo Brito, sócio da área de Corporate e Compliance do BBL Advogados, destaca três importantes inclusões nas regras para o Comitê de Elegibilidade, que passou a ser designado de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração.

Com o novo decreto, esse comitê poderá ser composto por membros externos, com remuneração a ser definida por acionistas em assembleia, e também terá de se manifestar em relação ao enquadramento dos indicados aos conselhos de Administração e Fiscal.

Para o Comitê de Auditoria, passou a ser exigido residência no Brasil e experiência mínima comprovada no mercado.

Para Claudio Timm, advogado especialista em direito administrativo e governança de estatais e sócio do TozziniFreire Advogados, chama a atenção a burocracia imposta para as indicações dos empregados para administradores e membros do Conselho Fiscal. Com a mudança, as indicações dos empregados vão passar pelo novo Comitê de Elegibilidade e o de Administração:

"É importante que tais avaliações sejam feitas tecnicamente pelo Comitê e pelo Conselho de Administração, e que as aprovações sejam mesmo vinculadas às avaliações técnicas realizadas, senão poderão incorrer no enfraquecimento do direito dos empregados em indicar membros e, mesmo, na responsabilização do controlador estatal e dos representantes do controlador nos referidos conselhos".

Gilberto Gomes, advogado sócio do Piquet, Magaldi e Guedes Advogados, diz que as alterações vão fortalecer os conselhos, mas destaca que houve exclusão da menção expressa sobre a participação de empregados no comitê e elegibilidade, o que pode provocar um afastamento dessa representação, e ressalta a referência à Lei Geral de Proteção de Dados e à Lei de Acesso à Informação no que diz respeito à elaboração de atas do Comitê de Elegibilidade.

"Com sua inclusão no texto do decreto regulamentador há a clara indicação de que esse tipo de documento poderá passar por restrições de tratamento de dados ou, mesmo, restrição de acesso por aposição de sigilo, o que pode dificultar o seu acesso pela sociedade", avalia. (O Globo, via IG Economia)

* * *